

Contribuições do funcionalismo e da teoria crítica para os estudos sobre gêneros jornalísticos

Contributions of functionalism and critical theory to studies of journalistic genres

Contribuciones del funcionalismo e de la teoría crítica para los estudios sobre géneros periodísticos

Francisco de Assis | francisco@assis.jor.br

Professor do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP).
Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).
Vice-coordenador do grupo de pesquisa (GP) Gêneros Jornalísticos, mantido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Resumo

O artigo busca aproximar duas tradicionais correntes de pesquisa em comunicação – o funcionalismo e a teoria crítica – às necessidades teóricas dos estudos recentes sobre gêneros jornalísticos. Ao revisitar textos clássicos e literaturas contemporâneas, observa-se que há uma lacuna na teorização sobre os produtos originados do fazer jornalístico, a qual é provocada, entre outras razões, pelo predominante interesse de classificar o conteúdo do jornalismo, sem que tal atividade seja apoiada em bases reflexivas. Dessa maneira, este ensaio ambiciona oferecer algumas balizas conceituais para um melhor direcionamento das discussões em torno do objeto em questão.

Palavras-Chave: Teorias da comunicação; estudos midiáticos; gêneros jornalísticos; funcionalismo; teoria crítica.

Abstract

This article aims at approaching two traditional research areas in Communication Studies – functionalism and critical theory – to the theoretical needs of recent studies on journalistic genres. When reading the classical texts and contemporary literatures, it may be observed that there is a blank in the theoretization about the products originated from the journalistic issues, which is brought about by the predominant interest in classifying the journalistic content, being such activity unprovided of proper reflection. Thus, this essay aims at offering some conceptual basis for a better guidance of the discussions on the object analysed.

Keywords: Communication theories; media studies; journalistic genres; functionalism; critical theory.

Resumen

El artículo se propone hacer una aproximación de dos escuelas tradicionales de investigación de la comunicación – el funcionalismo y la teoría crítica – a las necesidades teóricas de los estudios recientes sobre géneros periodísticos. En revisar textos clásicos y contemporáneos, se identificó que existe un vacío en la teorización acerca de los productos originados en el ejercicio del periodismo, que es causado, entre otras razones, por un excesivo interés por la clasificación del contenido del periodismo, sin el apoyo de reflexiones ya formuladas. Este trabajo pretende señalar algunos límites conceptuales para una mejor orientación de los debates en torno al objeto en cuestión.

Palabras clave: Teoría de la comunicación; estudios de los medios; géneros periodísticos; funcionalismo; teoría crítica.

Introdução

Será possível assimilar e unir o conhecimento de duas correntes teóricas que se opõem para estudar um mesmo objeto? José Marques de Melo diz que sim. Nas discussões que tem promovido nos últimos anos, o autor¹ deixa transparecer que só é possível compreender a articulação dos gêneros do jornalismo levando em consideração dois pontos fundamentais: 1) a finalidade dos textos, e 2) o estereótipo engravado nas normas que regem o trabalho dos jornalistas de redação.

Tomando essas considerações como proposta de trabalho reflexivo, compreende-se que a investigação sistemática acerca dos gêneros jornalísticos deve perpassar, necessariamente, pelas conjecturas de duas linhas de pensamento da comunicação de massa, consideradas, hegemonicamente, distintas: o funcionalismo – responsável pela observação dos papéis desempenhados, na sociedade, pelos meios de comunicação e pelos conteúdos midiáticos (LASSWELL, 1987; WRIGHT, 1968) – e a teoria crítica – principalmente as ponderações de Adorno (1987), em seus clássicos ensaios sobre a indústria cultural, nos quais oferece pistas para pensar a questão do estereótipo.

Essas reflexões parecem se colocar como um desafio para o atual estágio das pesquisas que levam em conta as formas de organização da imprensa (ou, mais especificamente, do jornalismo). Debates suscitados recentemente – em especial no âmbito do Grupo de Pesquisa (GP) em Gêneros Jornalísticos, criado e mantido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)² – acenam para a necessidade de incursões avançadas nesse contexto³, até então prioritariamente caracterizado pelas tentativas de definir classificações para os textos jornalísticos (MARQUES DE MELO, 2003b; CHAPARRO, 2008; SEIXAS, 2009). Muito embora o próprio Marques de Melo (2006c, p. 68) explique que “compreender os gêneros significa [...] estabelecer comparações, buscar identidades, indagar procedências”, outros pesquisadores da área, como Lia Seixas (2004, p. 1; 2003, p. 82) e Lailton Costa (2007, p. 4-5), advertem que a bibliografia existente a respeito do assunto, além de por vezes controversa, deixa a desejar no que poderia ser pensado como uma teoria que explicasse mais claramente em que aspectos do cenário social se fundamentam os gêneros jornalísticos. Seixas (2004, p. 1), por exemplo, tem o seguinte posicionamento:

As teorias classificatórias de gêneros jornalísticos, desenvolvidas desde o final dos anos 50, têm sido, até os dias atuais (mais de meio século), objeto de debate constante. São consideradas incorretas ou, até mesmo, inválidas pela academia, embora, em grande medida, sejam utilizadas na prática pedagógica, além de estarem em sintonia com os formatos impressos pelo mercado jornalístico. Outra crítica é que os critérios de fundamentação destas teorias e classificações são frágeis suportes e não atingem os pilares destas estruturas que são os gêneros, embora aponte, aqui e ali, alguns nortes.

Desse modo, compreende-se que, antes de classificar o material jornalístico, definindo tipologias (TEMER, 2007), é necessário inserir a questão em fundamentos teóricos ligados à rotina da sociedade. Trata-se, portanto, de entender a problematização dos gêneros do jornalismo não somente como algo que trata de “ordenações e classificações”, como sugere Felipe Pena (2005,

p. 66), com o objetivo de “fornecer um mapa para a análise de estratégias do discurso, tipologias, funções, utilidades e outras categorias”, propondo “uma classificação *a posteriori* com base em critérios *a priori*”. Partindo de perspectiva diferente, o exercício aqui proposto busca balizar uma parcela do conhecimento acumulado sobre o assunto central, aproximando-o de referenciais consagrados no bojo das teorias comunicacionais.

É evidente que o que se pretende fazer não é propor uma nova ou definitiva teoria dos gêneros jornalísticos, pois bem se sabe que isso só é possível após um longo percurso. Também não se almeja questionar classificações ou traçar mais uma proposta classificatória. A ambição deste texto reside apenas na tentativa de colocar em relevo alguns aspectos que são fundamentais para observar os gêneros do jornalismo como objetos de estudo.

O estudo dos gêneros jornalísticos: algumas considerações

Apesar de haver controvérsias sobre a origem das discussões à margem dos gêneros jornalísticos, é certo afirmar que o interesse pela classificação dos materiais produzidos pela imprensa é antigo. Já no início do século 18, como muitos autores destacam, Samuel Buckley, editor do jornal inglês *The Daily Coyrant*, buscava separar os textos publicados por aquela folha em *news and coments* (notícias e comentários) (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 42; CHAPARRO, 2008, p. 142). Antes disso, defende Jorge Pedro Sousa (2004, p. 36), Tobias Peucer, autor da primeira tese doutoral sobre jornalismo – defendida em 1690⁴, na Universidade de Leipzig (Alemanha) –, elaborou aquilo que pode ser considerado como a primeira inserção no universo dos gêneros, ao mostrar que, “no século XVII, já existia imprensa informativa e já se dominavam alguns aspectos dessa estrutura”.

Mais recentemente, o francês Jacques Kayser⁵ foi quem recebeu o *status* de pioneiro dos estudos contemporâneos acerca do assunto (BERTOCHI, 2005, p. 1290). Ao analisar jornais franceses, na década de 1950, ele separou o conteúdo das publicações em três grandes gêneros: informações, artigos (opiniões) e mesclas de informações e comentários (PARRATT, 2008, p. 51), difundindo suas conclusões em vários países, inclusive na América Latina. Aliás, Parratt chega a manifestar que foi ele um dos primeiros estudiosos de renome internacional a adotar o conceito de “gênero jornalístico”.

A bibliografia específica não oferece uma única versão para o que seria a teoria dos gêneros jornalísticos. Josep Maria Casasús e Luis Núñez Ladevéze (1991, p. 87, tradução nossa) defendem que se trata, antes de tudo, de “uma projeção analítica e crítica da prática jornalística”, destinada a aprimorar o ensino desse campo de atividade intelectual. Parratt (2001, on-line, tradução nossa) compreende que tal conjectura emerge como uma “análise sociológica de caráter quantitativo das mensagens que apareciam na imprensa [...], tornando-se um método seguro para a organização pedagógica dos estudos universitários sobre jornalismo”. Já Adela Ruiz (2007, on-line, tradução nossa), ao observar os diferentes posicionamentos dos pesquisadores argentinos que se ocupam do tema, afirma que “o debate em torno do que se entende por gêneros jornalísticos [...] constitui uma discussão nunca encerrada que se traduz em muitos sistemas de classificação”.

Quem parece avançar, de fato, na discussão sobre quais seriam os aportes teóricos mais representativos no cenário de estudos sobre os gêneros jornalísticos, é Sonia Parratt (2001, on-line, tradução nossa), que os organiza esquematicamente em quatro eixos, considerados “suficientemente representativos para fornecer uma visão geral do debate”. A saber:

- 1) *teoria dos esquemas do discurso*: desenvolvida por Teun A. Van Dijk, agrupa o discurso em conjuntos de esquemas narrativos e de esquemas argumentativos, situando-se na distinção clássica anglo-americana que separa fatos de opiniões, notícias de comentários, etc.;
- 2) *teoria normativa dos gêneros jornalísticos*: concebida por Martínez Albertos, em 1989, indica a existência de três macrogêneros – informativo, interpretativo e opinativo –, recorrendo às tradições europeias e anglo-saxônicas;
- 3) *teoria do sistema de texto*: elaborada por Héctor Borrat, em 1981, semelhante às demais classificações espanholas, divide os textos em narrativos, descritivos e argumentativos, e
- 4) *teoria dos gêneros*: proposta por Lorenzo Gomis, em 1989, mostra que os modelos estabelecidos não são permanentes e se alteram com o passar do tempo e com os avanços da imprensa. Sua classificação compreende gêneros de informação e de comentário.

No Brasil, há três importantes contribuições a esse campo, sendo a primeira delas atribuída a Luiz Beltrão. Suas discussões encontram-se na trilogia formada pelas obras *A imprensa informativa* (1969), *Jornalismo interpretativo* (1976) e *Jornalismo opinativo* (1980). Ainda dando os primeiros passos a caminho de uma taxonomia – mas com intenção notadamente didática e instrucional –, ele parte do princípio de que o jornalismo cumpre três funções básicas (informar, orientar e divertir – muito embora não inclua a diversão como gênero).

Posteriormente, quem se debruça sobre o tema é José Marques de Melo, cujas contribuições iniciais são fruto de sua tese de livre-docência, defendida em 1983 na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Publicado pela primeira vez em 1985, com o nome de *A opinião no jornalismo brasileiro*, o livro passou por duas outras reedições, tendo recebido, da última vez, o nome de *Jornalismo opinativo* (2003b). Em seu trabalho, o autor desenha um amplo mapa sobre as classificações dos gêneros jornalísticos elaboradas na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina; por fim, chega à conclusão de que, na década de 1980, a imprensa brasileira só produzia gêneros informativos e opinativos. Muito recentemente, Marques de Melo (2006b; 2009; 2010) fez revisões em sua classificação, compreendendo que há a vigência de cinco gêneros nas publicações brasileiras – informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário –, que se desdobram em *formatos* (nota, notícia, reportagem, artigo, etc.).

A terceira contribuição é a de Manuel Carlos Chaparro (1998), português radicado em São Paulo, que elaborou um estudo comparativo entre as imprensas do Brasil e de Portugal, em meados da década de 1990. Naquela ocasião, à luz dos paradigmas teóricos de Tzvetan Todorov e de Teun A. Van

Dijk – que valorizam as formas discursivas, em detrimento de outros aspectos –, ele observou os conteúdos publicados por diversos jornais, chegando a conclusões que separam os gêneros em relatos e comentários⁶.

Conforme observa Seixas (2003, p. 80), as classificações propostas para os gêneros jornalísticos – dentre as quais, as dos brasileiros – têm privilegiado cinco critérios básicos: “1) finalidade do texto ou disposição psicológica do autor, ou ainda a intencionalidade; 2) estilo; 3) modos de escrita, ou morfologia, ou natureza estrutural; 4) natureza do tema e topicalidade, e 5) articulações interculturais (cultura)”. Cada articulação, apoiada nesses itens, divide os conteúdos jornalísticos em determinadas categorias, evidenciando, principalmente, os conteúdos de naturezas informativa, interpretativa e opinativa.

É válido reforçar que, em meio a várias propostas classificatórias e a possíveis teorias já formuladas, há também críticas bastante pontuais. Adair Bonini (2003, p. 209) salienta que “na literatura da área de comunicação, a noção de gênero não aparece de forma muito clara. Tanto são entendidos como gênero os textos relacionados a uma prática discursiva [...] quanto os traços que apresentam categorias mais amplas e de caráter tipológico”. Seixas (2003, p. 81) ainda frisa que as pesquisas brasileiras realizadas até hoje, a respeito dos gêneros jornalísticos, “não definem critérios fundamentais de análise para a constituição de uma teoria dos gêneros produzidos pelo fazer jornalístico”.

Não obstante haja reivindicações por teorias essencialmente jornalísticas, capazes de “aprofundar o conhecimento” sobre a área (PENA, 2005, p. 9), adverte-se que sempre vale a pena voltar o olhar para o conhecimento acumulado em torno da comunicação de massa. Afinal, a tradição de estudos midiáticos já sinalizou aspectos que podem muito bem ser assimilados por discussões específicas.

A perspectiva funcionalista

Herdeira do positivismo⁷, a teoria funcionalista da comunicação de massa emerge nos Estados Unidos, no período entre as duas grandes guerras, como resultado das primeiras inquietações dos pesquisadores norte-americanos em entender a mídia dentro do contexto social. Considerado como quarto estágio das pesquisas sobre comunicação naquele país⁸, esse modelo não se volta apenas para a mídia como um sistema isolado, assim como também não se preocupa mais em apenas descobrir de que maneiras se dá a recepção dos conteúdos midiáticos, como prezavam as teorias anteriores. Mais do que isso, o funcionalismo preocupa-se em fazer uma análise global dos *mass media* com ênfase na observação das funções que estes exercem na sociedade (WOLF, 2005, p. 51) – fato que, para alguns pesquisadores, é considerado uma fragilidade da corrente (LOPES, 2005, p. 57).

A preocupação desse eixo, em razão de sua orientação positivista, reside em compreender a mídia como um dos elementos de equilíbrio da sociedade, ou seja, uma das instituições responsáveis pela manutenção da ordem nesse organismo (DE FLEUR & BALL-ROKEACH, 1993, p. 155). No dizer de

Roberto Elísio dos Santos (2003, p. 82), essa teoria “estabelece uma analogia entre o corpo social e o biológico, estabelecendo que cada parte ajuda a preservar o todo: da mesma forma que um órgão [...] sustenta a vida do ser humano, uma instituição [...] mantém a ordem social vigente”.

Pensar as funções da comunicação de massa – e, conseqüentemente, as funções dos conteúdos midiáticos – significa observar quais papéis são desempenhados por tal instituição e quais são as contribuições oferecidas por ela a um determinado contexto. Não por acaso, “o funcionalismo define que a lógica que regulamenta os fenômenos sociais é constituída por relações de funcionalista. O sistema social é entendido como um organismo cujas diferentes partes desempenham funções de integração e manutenção do sistema” (TEMER & NERY, 2009, p. 56). Em síntese e em conformidade com Mauro Wolf (2005, p. 52), pode-se dizer que a lógica reguladora dos fenômenos é estabelecida pelas relações de funcionalidade que se manifestam em quatro pontos fundamentais: 1) conservação do modelo cultural e controle de tensões; 2) adaptação do sistema ao ambiente social; 3) tentativa de atingir objetivos; e 4) integração entre as partes que compõem o sistema.

As bases fundamentais da teoria funcionalista dos *mass media* encontram-se na obra de Harold Lasswell (1987), mais especificamente no texto “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”. Publicadas originalmente em 1948 e voltadas para questões já tratadas em diferentes momentos da história do conhecimento⁹, suas reflexões reúnem e esboçam “uma maneira conveniente para descrever um ato de comunicação consiste em responder às seguintes perguntas: Quem / Diz o quê / Em que canal / Para quem / Com que efeitos?” (LASSWELL, 1987, p. 105). Em conformidade com o escreve Marques de Melo (2003a, p. 21), pode-se dizer que o esquema aqui apresentado

rompe a estreita dimensão dos estudos comunicacionais aristotélicos – cuja centralidade está no interior do processo: o discurso, o interlocutor e o ouvinte – incorporando o ambiente cultural, particularmente o seu contexto sociopolítico – efeitos –, e ao mesmo tempo deslocando a centralidade do foco analítico para a tecnologia que dá suporte ao processo comunicativo – os canais.

Em sua discussão, Lasswell revela que, até o final da década de 1940, os estudos científicos acerca dos processos comunicacionais tinham forte tendência a se concentrarem em uma única questão, ou seja, alguns se debruçavam sobre o “quem” (emissor), outros se propunham a decifrar o “que” se dizia (conteúdo), outros, ainda, se dedicavam a compreender o “canal” (meio), e assim por diante. Tal subdivisão do campo de investigações deu origem, basicamente, a cinco percursos metodológicos: “análise de controle”, “análise de conteúdo”, “análise dos meios”, “análise de audiência” e “análise de efeitos”.

Ao fazer a observação geral daquilo que chama de “ato de comunicação como um todo, em relação ao processo social global”, o teórico norte-americano defende que os meios massivos exercem três funções básicas: 1) a vigilância sobre o meio ambiente; 2) a correlação das partes da sociedade em resposta ao meio; e 3) a transmissão da herança social de uma geração para a outra

(LASSWELL, 1987, p. 106). São nessas considerações, portanto, que estão a gênese do pensamento funcionalista da comunicação de massa.

Posteriormente, a perspectiva lasswelliana foi interpretada e atualizada a partir de diferentes pontos de vista. Luiz Beltrão e Newton Quirino (1986, p. 141), por exemplo, veem, naqueles três elementos, indicadores de algumas áreas que compõem o campo da comunicação. A primeira corresponde ao jornalismo, cuja vigilância se dá por meio da informação noticiosa; a segunda diz respeito à propaganda, “como atividade de correlação, através da função persuasiva”; a terceira, por fim, recai sobre as relações públicas – somadas à educação –, cujo foco está na transmissão de conhecimentos e de valores. Marques de Melo (2006b), por sua vez, interpreta aquela sequência voltado para os gêneros midiáticos, os quais, segundo ele, se estruturam a partir das seguintes funções: 1) informacional (vigilância sobre o meio); 2) persuasiva (correlação das partes), e 3) educacional (transmissão da herança social).

Com base no mesmo panorama, Francisco Rüdiger (2004, p. 56-57) traduz as funções da comunicação dizendo que os meios massivos devem: 1) oferecer conteúdos que possibilitem às pessoas “disponerem dos conhecimentos necessários para se conduzir socialmente e fazer frente aos problemas comuns”; 2) permitir que a sociedade estabeleça contatos entre si, coordenando seus comportamentos e reagindo “coletivamente às situações sociais”, e 3) manter a coesão social, “reforçando o cumprimento dos papéis sociais e responsabilizando-se pelo processo de socialização”. O autor ainda explica que, posteriormente, tal esquema “foi complementado, chamando-se a atenção para o fato de que o processo também pode provocar disfunções sociais, toda a vez que o mesmo leva os sujeitos a se desajustarem entre si e sua sociedade”.

De fato, a proposta de Lasswell em nenhum momento foi considerada suficiente para tratar das funções da comunicação de massa. Tanto é que, no mesmo ano em que suas discussões foram publicadas, outros dois pesquisadores apresentaram perspectivas diferentes para a compreensão do mesmo contexto: Robert Merton e Paul Lazarsfeld (2000, p. 110), para os quais “os *mass media* preenchem, indubitavelmente, muitas funções sociais”.

Exatamente por compreenderem que as funções assumidas pela mídia são diversas, Merton e Lazarsfeld deixaram claro que não pretendiam tratar de todas elas, mas ambicionavam aprofundar três aspectos relevantes, quais sejam: 1) função de atribuição de status (estabilizar o sistema ao legitimar aquilo/aqueles que são expostos nos meios de comunicação); 2) reforço das normas sociais (em razão do poder que exercem, os meios de comunicação colaboram com a manutenção do organismo social expondo o que é errado ou duvidoso e suas consequências), e 3) disfunção narcotizante (por conta da grande quantidade de informações colocada à disposição do público, a mídia acaba fazendo com que a sociedade se contente com as informações que recebe da mídia, abstendo-se de ações ou decisões).

Além de complementar as considerações feitas por Lasswell, o paradigma de Merton e de Lazarsfeld situa “as funções da comunicação como fatores que contribuem para a adaptação ou ajuste no sistema, e as disfunções como ‘falhas’ ou ‘defeitos’ na utilização da comunicação” (TEMER & NERY, 2009, p. 58).

Nesse sentido, a discussão suscitada por esses autores dá destaque ao fato de que a mídia se adapta ao gosto do público e molda seus produtos conforme as demandas da sociedade, podendo cumprir funções (ou disfunções) manifestas ou latentes. “Existem, portanto, funções (ou disfunções) indiretas, além das diretas; enfim, as funções (e disfunções) podem ser manifestas ou latentes: manifestas são as desejadas e reconhecidas, latentes são as funções (ou disfunções) nem reconhecidas, nem conscientemente desejadas” (WOLF, 2005, p. 54).

O mapeamento das funções dos *mass media* não se esgota nessas questões. Fazendo uma releitura da obra de Laswell e atento às considerações de Merton e de Lazarsfeld, Charles Wright, em 1959 – em conferência realizada durante o 4º Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Milão, na Itália –, dá um passo adiante, inserindo o entretenimento como um quarto papel midiático. A esse respeito, diz ele:

A detecção prévia consiste na coleta e distribuição de informações sobre os acontecimentos do meio ambiente, tanto fora como dentro de qualquer sociedade particular. Até certo ponto, isso corresponde ao que é conhecido como manipulação de ‘notícias’. Os atos de correlação, aqui, incluem a interpretação das informações sobre o meio ambiente e a interação de conduta em reação a esses acontecimentos. Em geral, essa atividade é popularmente classificada como ‘editorial’, ou ‘propaganda’. A transmissão de cultura se faz através da comunicação das informações, dos valores e normas sociais de uma geração a outra ou de membros de um grupo a outros recém-chegados. Comumente, é identificada como atividade ‘educacional’. Por fim, o ‘entretenimento’ compreende os atos comunicativos com a intenção de distração, sem qualquer preocupação com os efeitos instrumentais que eles possam ter (WRIGHT, 1968, p. 19).

O que fez Wright, afirma Dejavite (2006, p. 51), foi considerar o entretenimento “como uma função autêntica, necessária e relevante, para a promoção do desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos”. Conforme Beltrão e Quirino (1986, p. 141), o entretenimento é “função de diversão, de preenchimento de lazes através de atrações artísticas de caráter popular”. Assim sendo, a diversão é proporcionada pelos meios de comunicação para preencher o tempo livre da população (MARQUES DE MELO, 2006a), resultante da redução da jornada de trabalho coletiva, fenômeno suscitado no período pós-guerra.

Vale destacar que, diferentemente das formas de divertimento individuais, em família ou em grupos, as quais podem ser definidas conforme o interesse de cada situação, o entretenimento em massa nivela as ofertas de lazer ao gosto da totalidade. Mas o próprio Wright (1968, p. 26) não deixa de dizer que essa função incorporada pela comunicação de massa acarreta algumas críticas, tendo em vista a possível perda da identidade dos produtos culturais.

Como mencionado anteriormente, a corrente funcionalista é, por vezes, criticada. Michael Kunczik (2002, p. 72-73) diz que o enfoque dado às funções e às disfunções revela posição conservadora, com o argumento, por exemplo, “de que a contribuição dos meios de comunicação para a estabilização do controle deve ser classificada como funcional, enquanto se aplica o termo ‘disfunção’ para notícias que ameaçam a estabilidade das sociedades melhores”.

Esse posicionamento conservador, não se pode esquecer, é característico das teorias funcionalistas geradas em outras áreas do conhecimento – como a própria Sociologia ou a Antropologia –, em decorrência do momento histórico e do ambiente em que foram formuladas. Tal fato, no entanto, não pode ser tomado como justificativa para o abandono das reflexões geradas pela corrente norte-americana. Além do mais, parece muito questionável – diante de tudo o que foi exposto até aqui – dizer que o funcionalismo é uma corrente “não crítica”, embora assim seja considerado, hegemonicamente. O que se pode afirmar, entretanto, é que sua criticidade não é tão “apocalíptica” – para citar Umberto Eco (1976) – quanto à da Escola de Frankfurt, considerada uma escola crítica, por excelência.

A perspectiva crítica

Diferentemente do enfoque positivista que confere identidade ao funcionalismo, a teoria crítica tem suas bases fincadas no marxismo, fato que, por si só, ajuda a compreender a postura assumida pelos principais representantes da chamada Escola de Frankfurt (SANTOS, 2003, p. 87). Mas, antes de qualquer consideração a respeito dos estudos dessa vertente, é preciso contextualizar seu apogeu no espaço e no tempo, a fim de evitar distorções¹⁰.

Escola de Frankfurt é o nome dado ao grupo de filósofos e cientistas sociais que se originou em 1923, com a criação do Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisa Social), órgão independente, mas que funcionava junto à Universidade de Frankfurt (Alemanha). Inicialmente, o grupo tinha como objetivo a teorização a respeito dos movimentos operários da Europa. A partir de 1930, quando Max Horkheimer assume a direção do Instituto, o foco se voltou para a pesquisa e a análise crítica do capitalismo moderno, principalmente no que dizia respeito à sua superestrutura (FREITAG, 1986, p. 10-11).

Não tardou muito para o Instituto ser obrigado a encerrar suas atividades. Afinal, boa parte de seus integrantes era de origem judaica, e o teor de suas reflexões não agradava ao movimento liderado por Hitler. Como registra Barbara Freitag (1986, p. 13), “em 1933, o governo nazista decreta o fechamento do Instituto em Frankfurt, por suas ‘atividades hostis ao Estado’, confiscando seu prédio juntamente com os 60.000 volumes de livros que então constituíam o acervo de sua biblioteca”.

Pouco antes, em 1931, Max Horkheimer – atento à realidade da Alemanha – criou filiais de seu instituto em Genebra, Londres e Paris. Além disso, muitos dos “frankfurtianos” já haviam emigrado para os Estados Unidos, em razão da situação política de seu país; posteriormente, o próprio Horkheimer segue o caminho da América, dando início à fase mais produtiva do grupo e estabelecendo parceria de produção com Theodor Adorno¹¹ (DALLA COSTA, MACHADO & SIQUEIRA, 2006, p. 35).

Ao chegarem aos EUA, os pesquisadores alemães passaram a se interessar pelos fenômenos sociais ligados aos meios de comunicação. Chegaram, inclusive, a tentar desenvolver pesquisas em parceria com os pesquisadores ianques que se dedicavam ao campo da *communication research*. Tentativa sem sucesso, obviamente. Mesmo assim, como explica Santos (2003, p. 88), “o contato com a *sociedade de massa* norte-americana direcionou os estudos empreendidos pelos teóricos para a

cultura de massa. Esses pensadores elaboraram, então, uma ‘teoria crítica’ da sociedade, que se colocava em oposição às teorias de tendência positivista”.

O diferencial básico entre as duas perspectivas é que os frankfurtianos optaram por uma atitude teórica questionadora – ou denunciadora, talvez – a respeito da sociedade, da economia e da cultura, em oposição à “pesquisa administrativa” comumente realizada na América, que se preocupava, principalmente, “em aperfeiçoar instrumentos de avaliação úteis para os controladores da mídia” (TEMER & NERY, 2009, p. 58). A teoria crítica, na visão de Venício Lima (2001, p. 47), é um modelo que entende a “comunicação como mercadoria” e que questiona, a todo instante, o ônus dessa mercantilização. Como bem sintetizam Temer e Nery (2009, p. 88),

a escola do pensamento crítico questiona as conseqüências do desenvolvimento dos novos meios de comunicação na produção e transmissão da cultura. Para os membros do grupo de Frankfurt, a sociedade capitalista entrou em um estágio radicalmente diferente com a implantação dos meios de comunicação, que tiram da classe operária a capacidade de refletir e resistir ao sistema. O proletariado perdeu-se – ou perdeu sua capacidade revolucionária –, ao permitir o surgimento de sistemas totalitários como o nazismo e stalinismo e, sobretudo, a implantação da indústria cultural nos países capitalistas.

A questão da “indústria cultural” é a chave para a imersão nos princípios da teoria crítica. O termo foi cunhado, muito provavelmente¹², por Adorno e Horkheimer, tendo sido fortemente difundido em 1947, na obra *Dialektik der Aufklärung (Dialética do esclarecimento)*. Alfredo Bosi (2005, on-line) explica que, para aqueles teóricos, principalmente para Adorno, a expressão “cultura de massa” – vigente até então – era imprópria, pois poderia sugerir uma cultura produzida pela massa, “como se as massas, que são alguma coisa anônima (massas de uma cidade, massas de um país – a palavra “massa” já é por si anônima), produzissem cultura”. Por isso mesmo, substituíram o conceito por “indústria cultural”.

Convém explicar que os pesquisadores alemães observaram, à época, que a industrialização dos bens simbólicos adapta a cultura ao consumo das massas, assim como o fazem os meios de comunicação, como Merton e Lazarsfeld também notaram. Nesse sentido, pode-se reforçar que “a indústria cultural fornece por toda a parte bens padronizados para satisfazer às numerosas demandas, identificadas como distinções às quais os padrões da produção devem responder” (MATTELART & MATTELART, 2007, p. 77).

Disso tudo, o que mais interessa à discussão que se promove nestas linhas, a respeito das contribuições das teorias da comunicação ao estudo dos gêneros jornalísticos, é que a ideia da indústria cultural carrega consigo uma subordinação de produtos a padrões previamente estabelecidos. Essa padronização pode ser entendida de diversas formas, principalmente como estereotopia, considerada por Wolf (2005, p. 83) como “estratégia de domínio” da indústria dos bens culturais. O autor explica que

os estereótipos são um elemento indispensável para organizar e antecipar as experiências da realidade social que o sujeito cumpre. Eles impedem o caos cognitivo, a desorganização mental, representam, enfim, um instrumento necessário de economia

na aprendizagem. Enquanto tais, nenhuma atividade pode ficar sem eles: no entanto, no desenvolvimento histórico da indústria cultural, a função dos estereótipos alterou-se e modificou-se profundamente. A divisão do conteúdo televisivo em diversos gêneros [...] conduziu ao desenvolvimento de formular rígidas, fixas...

Os padrões, as fórmulas ou os estereótipos são, na verdade, estratégias adotadas pelos conglomerados midiáticos para “utilizar plenamente a capacidade de produção de bens e serviços de acordo com o princípio de consumo estético massificado” (RÜDIGER, 2008, p. 138). Diante disso, não é sem razão que, na perspectiva crítica, são levantadas, junto às considerações já tecidas, questões relacionadas à “linguagem vulgar”, “falta de qualidade artística, moral e intelectual”, “promoção dos baixos instintos” (TEMER, 2004, p. 86), entre outras, sempre reforçando que os produtos da indústria cultural, moldados para “agradar aos padrões da massa”, “estariam carregados da ideologia dominante, a qual disseminariam, provocando o conformismo nos indivíduos” (SANTOS, 2003, p. 89).

Mesmo assim, é preciso esclarecer que os estereótipos não são apenas elementos da indústria cultural. Eles estão na sociedade e fazem parte dela. O que a indústria cultural faz – inclusive os meios de comunicação, aqui compreendidos como elementos dessa indústria – é “colher” o estereótipo do organismo social e inseri-lo num determinado produto. O próprio Adorno, ao analisar produções fílmicas em contraposição à cultura popular, observou que a estereotipação identificada no cinema não era diferente do que se podia observar na arte popular tradicional (DUARTE, 2003, p. 104). A crítica dos frankfurtianos, lembrada por Wolf (2005, p. 84), é que, ao se materializarem midiaticamente, os estereótipos impedem (ou dificultam) que as pessoas mudem ideias preconcebidas e fazem com que elas acabem se prendendo sempre aos mesmos clichês.

As funções e os estereótipos do jornalismo: aproximações

Já exposto nestas linhas, as obras seminais sobre os gêneros jornalísticos, publicadas no Brasil, já consideravam a questão das funções como elemento capital para a classificação dos produtos da imprensa. Fazendo uma analogia com as três linhas de um triângulo-retângulo, Beltrão (1980, p. 13) discute os papéis desempenhados pelo jornalismo dessa maneira:

Nessa figura geométrica, o ângulo reto é a ‘informação’, ou seja, o relato puro e simples de fatos, ideias e situações do presente imediato, do passado ou do vir-a-ser possível/provável, que estejam, no momento, atuando na consciência coletiva; o ângulo superior é a ‘orientação’, ou seja, o esforço de interpretar a ocorrência, tirando conclusões e emitindo juízos com o objetivo de provocar a ação por parte daqueles aos quais a mensagem é dirigida; enquanto o ângulo inferior é a ‘diversão’ (entretenimento), isto é, um meio de fuga às preocupações do cotidiano costumeiro, uma pausa do ramerrão, um preenchimento dos lazeres com algo reparador do dispêndio de energias reclamado pela própria atividade vital de informar-se, sem a qual nenhum ser vivo pode evoluir e aperfeiçoar-se, nem o ser humano, especificamente, manter suas relações sociais.

Não por menos, ao formular seu primeiro esquema classificatório, Marques de Melo (2003b, p. 64), discípulo de Beltrão, leva em conta dois critérios básicos

para a organização dos gêneros: a intencionalidade e a natureza estrutural do relato. O primeiro deles remete, obviamente, à intenção da empresa jornalística ao transmitir determinado acontecimento; a forma como a instituição quer difundir os fatos é o que determina, por exemplo, se ele será relatado sem qualquer juízo de valor ou, então, se será impresso com alguma carga analítica. As intenções, portanto, nada mais refletem do que as funções jornalísticas, ou seja, informar ou interpretar¹³. Já o segundo aspecto, referente à estrutura, não diz respeito somente às características textuais – que configuram seu estilo –, mas denota “a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela sociedade (leitura)”.

Recentemente, Seixas (2009, p. 1) também traçou um percurso teórico-metodológico que a levou a considerar a problemática das funções do jornalismo. Assumindo que “a finalidade é o principal critério de classificação de gêneros jornalísticos”, a autora – embora tome como ponto de partida as dimensões linguísticas dos textos – conclui que, “no Brasil, são reconhecidas socialmente, pelo menos, três finalidades da instituição jornalística: mediação, informação e opinião” (SEIXAS, 2009, p. 16), as quais não podem ser ignoradas nos exercícios de classificação. Sua defesa central, nesse sentido, é a de que a observação de tal objeto não deve começar pela percepção da finalidade, mas, sim, pelo discurso, o qual oferece subsídios para chegar à noção finalidade, já nos últimos estágios da análise¹⁴.

As contribuições do funcionalismo aos estudos sobre gêneros parecem, portanto, fáceis de serem aceitas (ou, pelo menos, de serem entendidas). Mas o contributo dessa corrente não se resume a esse eixo restrito de análise. A observação do fenômeno jornalístico como um todo também pode ser feita à luz dessa conjectura. Kunczik (2002, p. 73), em seu antológico volume sobre os conceitos do jornalismo, busca na teoria funcionalista alguns caminhos para o embasamento de suas reflexões, mostrando-se atento ao fato de que “a literatura sociológica enumera um grande número de funções da comunicação de massa”.

Cabe reforçar, ainda, que a nova classificação dos gêneros proposta por Marques de Melo – que apesar de ainda não ter sido publicada em livro individual do autor, está devidamente registrada no texto de Lailton Costa (2010) – considera as funções do jornalismo como bússola para identificar a tipologia dos conteúdos da imprensa. A assertiva de que os gêneros se organizam em *informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário* é o reconhecimento de que as finalidades da atividade jornalística consistem em *informar, expressar opiniões, interpretar fatos, oferecer diversão e prestar serviços*.

Isto posto, passando à questão do estereótipo, vale destacar o que Luiz Mauro Martino (2009, p. 49) tem a dizer: na indústria cultural, “fórmulas e modelos substituem a espontaneidade e os padrões tomam lugar da inovação. Há pouco espaço para a novidade [...]: qualquer coisa que coloque em risco o lucro é uma ameaça”. É por isso que os gêneros, conforme Jesús Martín-Barbero (2008, p. 303), converteram-se em “estratégia de comunicabilidade” entre emissores e audiência, evitando que o público possa não compreender o que a mídia tem a lhe dizer. Em outras palavras, o leitor, mesmo que intuitivamente – isto é, sem conhecer como um jornal é estruturado antes de chegar

às bancas –, sabe localizar em que páginas estão as opiniões, em que seções encontra textos voltados para seu divertimento e em que páginas estão as informações mais importantes. Isso é o que o estereótipo provoca: ele estabelece padrões que facilitam a assimilação dos conteúdos pelos receptores.

O estereótipo manifesta a inserção das empresas jornalísticas no cenário da indústria cultural. Martino (2009, p. 49) exemplifica:

Quando, em 1984, a 'Folha de S.Paulo' colocou em ação seu projeto editorial, não estava fazendo nada mais do que confirmar os predicados da produção industrial de cultura. O chamado "Projeto Folha" significou a implantação de um modelo padrão de texto jornalístico, o estabelecimento de cotas máximas de erros por edição, rígido controle de checagem e apuração e a produção industrial de textos.

Apenas para situar melhor a questão, é interessante notar que esses estereótipos – embora discutidos no âmbito acadêmico – são percebidos e instaurados pelo próprio mercado. O exemplo mais claro: os manuais de redação, que “sistemizam as orientações estilísticas de cada empresa” (RODRIGUES, 2003, p. 47). Ninguém escreve, em jornal – pelo menos, em jornais produzidos aos moldes industriais –, do jeito que bem entende. Não é sem acaso que, ao estudar os manuais em sua tese de doutoramento, Mônica Caprino (2001, p. 44) observou que eles “têm adquirido expressão, inclusive fora da redação”, figurando como um importante “ponto de contato entre os jornais e seus leitores”. E, embora talvez não fosse preciso dizer, é bom reforçar que é justamente nos manuais que os jornalistas encontram diretrizes para redigirem os textos jornalísticos conforme os gêneros usuais em determinada publicação.

Considerações finais

Não obstante terem sido formuladas há bem mais de meio século, as teorias funcionalista e crítica da comunicação de massa ainda oferecem subsídios para a compreensão de fenômenos característicos do terceiro milênio. O romper de novos tempos, tão notado por pesquisadores da área, não inibiu muitas das colocações feitas num período historicamente datado. Obviamente, como se procurou deixar bem claro aqui, não é possível assimilar totalmente as duas correntes como verdades absolutas e totalmente atualizadas. É necessário rediscutir e reelaborar determinados conceitos à luz das novas urgências. Foi isso que se buscou fazer, ao longo deste texto, com a afirmação contínua de que os gêneros jornalísticos podem – e devem – ser pensados dentro de perspectivas teóricas mais amplas.

De fato, Marques de Melo tem razão. As discussões sobre os gêneros jornalísticos – apesar de também poderem ser observadas por perspectivas linguísticas, dependendo da proposta investigativa – precisam passar pelos tópicos da finalidade dos textos e do estereótipo incutido nas rotinas de produção jornalística. Parafraseando Felipe Pena, é possível afirmar que, aqui, sim, encontra-se um mapa confiável para análise e conhecimento do material jornalístico.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *A indústria cultural*. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análises dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade*. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p. 287-295.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- _____. *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário*. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- _____.; QUIRINO, Newton de Oliveira. *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- BERTOCHI, Daniela. *Gêneros jornalísticos em espaços digitais*. In: Congresso SOPCOM, 2005, Lisboa. Anais... Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2005, p. 1287-1299.
- BONINI, Adair. *Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.
- BOSI, Alfredo. Entrevista. *Revista de Cultura e Extensão*, São Paulo, Universidade de São Paulo, ano 1, n. 1, 2005. (Entrevista concedida a Sandra Lencioni). Disponível em: <<http://www.usp.br/prc/revista/entrevista.html>>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- CAPRINO, Mônica Pegurer. *Questão de estilo: estudo sobre o texto jornalístico e os manuais de redação*. 2001. 85 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.
- CASASÚS, Josep Maria; LADEVÉZE, Luis Núñez. *Estilos y géneros periodísticos*. Barcelona: Ariel Comunicación, 1991.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.
- COSTA, Lailton Alves da. *Gêneros jornalísticos*. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 43-83.
- _____. *Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras*. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- _____. *Jornalismo Brasileiro: caminhos e dúvidas para o estudo dos gêneros jornalísticos nos cinco maiores jornais do País*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., Santos, 2007. Anais eletrônicos... São Paulo: Intercom, 2007.

- DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso; MACEDO, Rafael Costa; SIQUEIRA, Daniele. *Teoria da comunicação na América Latina: da herança positivista à construção de uma identidade própria*. Curitiba: UFPR, 2006.
- DE FLEUR, Melvin L. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971.
- DEJAVITE, Fábila Angélica. *Infotainment: informação + entretenimento no jornalismo*. São Paulo: Sepac/Paulinas, 2006.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- LASSWELL, Harold D. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análises dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p. 105-117.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em comunicação*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MARQUES DE MELO, José. *Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro*. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.
- _____. *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _____. *Gêneros da comunicação de massa: análise dos gêneros e formatos jornalísticos*. 2006a. (Original do autor).
- _____. *Gêneros da comunicação de massa: teoria dos gêneros midiáticos*. 2006b. (Original do autor).
- _____. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006c.
- _____. *História do pensamento comunicacional: cenários e personagens*. São Paulo: Paulus, 2003a.
- _____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003b.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

MERTON, Robert; LAZARSFELD, Paul. *Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social*. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 101-127.

PARRATT, Sonia F. *Gêneros periodísticos em prensa*. Quito: Ciespal, 2008.

_____. *El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa: nuevas propuestas de clasificación*. Zer: Revista de Estudios de Comunicación, Madrid, n. 11, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.ehu.es/zer/zer11web/sferparrat.htm>>. Acesso em: 3 out. 2007.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PEUCER, Tobias. *Os relatos jornalísticos*. *Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo*, ano 22, n. 33, p. 199-214, 1º sem. 2000.

RODRIGUES, Jacira Werle. *Reportagem impressa, estilo e manuais de redação: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.

RÜDIGER, Francisco. *A Escola de Frankfurt*. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 131-150.

_____. *Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores*. 2. ed. São Paulo: Edicon, 2004.

RUIZ, Adela. *Taxonomías de géneros periodísticos: estudio comparativo*. Disponível: <<http://www.unlar.edu.ar/redcom/out3/Taxonom%EDas%20-Ruiz.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2007.

SEIXAS, Lia. *Gêneros jornalísticos: partindo do discurso para chegar à finalidade*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., Curitiba, 2009. Anais eletrônicos... São Paulo: Intercom, 2009.

_____. *Gêneros jornalísticos digitais: um estudo das práticas discursivas no ambiente digital*. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 13., 2004, São Bernardo do Campo. Anais eletrônicos... São Bernardo do Campo: Compós, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismo-compos/doc2004/liaseixas2004.doc>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

_____. *Gêneros jornalísticos digitais: uma proposta de critérios para definir os produtos do webjornalismo*. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Edições GJOL/ Calandra, 2003. p. 77-100.

SANTOS, Roberto Elísio dos. *As teorias da comunicação: da fala à internet*. São Paulo: Paulinas, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. *Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo*. Estudos em jornalismo e mídia, Florianópolis, v.1, n. 2, p. 31-48, 2º sem. 2004.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. *Para entender as teorias da comunicação*. 2. ed. rev. e atual. Uberlândia: EDUFU, 2009.

_____. *Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias*. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./jun. 2007.

_____. *Críticas à teoria crítica: repensando o impacto dos frankfurtianos nos estudos brasileiros de comunicação*. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.). *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004. p. 83-94.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WRIGHT, Charles R. *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

Notas

1. Considerado a principal referência do país nos estudos sobre gêneros jornalísticos, o prof. Marques de Melo tem proferido palestras a respeito do tema em várias universidades brasileiras, ocasiões em que expõe algumas perspectivas que não estão documentadas em livros. Além disso, ao ministrar a disciplina “Gêneros da Comunicação de Massa”, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (PósCom-Umesp), busca avançar nas discussões em torno do assunto.
2. O GP foi criado em janeiro de 2009, durante a reorganização dos antigos núcleos de pesquisa da Intercom. É subordinado à Divisão Temática de Jornalismo (DT-1) e seus objetivos resumem-se em quatro frentes de trabalho, assim apresentados: 1) revisar criticamente o conhecimento acumulado sobre gêneros jornalísticos, elaborando relatos periódicos sobre o estado da arte; 2) observar sistematicamente a natureza dos gêneros jornalísticos cultivados pela mídia brasileira, disseminando estudos que possam suscitar o diálogo com os seus produtores e usuários; 3) elaborar material didático sobre gêneros jornalísticos para uso nas universidades e escolas de segundo grau de todo o país, e 4) manter permanente diálogo com os membros da comunidade acadêmica mundial que se dedicam ao estudo desse objeto.
3. Esses pontos foram levantados no primeiro encontro do GP, realizado em Curitiba (PR), durante o 32º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, no dia 5 de setembro de 2009.
4. A tese de Peucer, *De relationibus novellis*, foi traduzida para o português, sob o título de “Os relatos jornalísticos”, por Paulo da Rocha Dias, tendo sido publicada na edição nº 33 da revista *Comunicação & Sociedade* (PEUCER, 2000). Em preâmbulo ao texto, o tradutor afirma o seguinte: “Tobias Peucer faz parte de um grupo que, na primeira metade do século XVII, começou a pesquisar e a publicar os resultados de suas investigações nas universidades alemãs. Este fato coloca a Alemanha no ponto inicial de uma rica tradição de pesquisa em jornalismo, continuada no presente século [20] por pesquisadores insígnies como Otto Groth e Max Weber. Confirma também a ‘Periodistika’ como o primeiro e mais antigo ramo das Ciências da Comunicação e da Informação”.

5. Nascido em Paris, Jacques Kayser (1900-1963) estudou Direito e Letras na Universidade de Sorbonne. Exerceu o jornalismo, chegando a ocupar o cargo de redator-chefe de La République. Foi professor do Centro de Formação de Jornalistas de Paris e diretor-adjunto do Instituto Francês de Imprensa. Em 1961, ministrou uma série de conferências no Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para América Latina (Ciespal), em Quito (Equador), transformado mais tarde em Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina, mantendo a mesma sigla. O curso ministrado na capital equatoriana deu origem ao livro *Estudios de morfología, de metodología y de prensa comparada*, no qual há as primeiras referências a respeito dos gêneros jornalísticos.
6. O resultado desse estudo consta no livro *Sotaques d'aquém e d'além mar*, publicado originalmente em 1998, pela editora Jortejo (Santarém, Portugal). A presente discussão ampara-se na edição de 2008, publicada pela Summus (São Paulo, Brasil).
7. Positivismo é uma corrente filosófica iniciada pelo francês Auguste Comte (1798-1857), na primeira metade do século 19. Surge em decorrência do desenvolvimento sociológico do Iluminismo, das crises social e moral que marcaram o final da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial. Enquanto proposta teórica, buscava constatar os fatos e criar leis científicas para explicar a sociedade e combater os movimentos que tentassem desestabilizar a ordem.
8. Os estudos que configuraram a Escola Norte-Americana de Comunicação foram marcados, inicialmente, pelo interesse em compreender a *manipulação* exercida pela mídia, mais especificamente no que diz respeito à propaganda; num segundo momento, passaram a discutir os processos de *persuasão*; posteriormente, a tônica recaí sobre a *influência* exercida pelos meios; finalmente, os pesquisadores começaram a se debruçar sobre a *função* dos meios de comunicação na sociedade. Esse último estágio foi, supostamente, o que mais marcou a trajetória dos estudos norte-americanos, tanto que a referida corrente é conhecida como “escola funcionalista”.
9. A referência que aqui se faz corresponde às raízes das teorias da comunicação, ligadas aos tratados de Aristóteles (384-322 a.C.), que, na Grécia Antiga, discorria sobre a arte da retórica, estabelecida pelo discurso.
10. Alerta feito por alguns pesquisadores da área, principalmente pela profa. Dra. Anamaria Fadul, da Universidade de São Paulo (USP), em muitos de seus textos e em discussões promovidas em eventos científicos, como no 6º Simpósio Nacional de Ciências da Comunicação (Sinacom), realizado em São Paulo, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2007. Na concepção da professora, o campo da comunicação padece de uma espécie de “maldição frankfurtiana”, responsável por “demonizar” a mídia e os produtos por ela oferecidos. Percebe Fadul que as considerações da teoria crítica não têm sido datadas no espaço e no tempo, provocando uma grande tendência, entre as gerações mais jovens, a fazer críticas severas aos meios de comunicação de massa sem antes conhecê-los e sem ponderar aspectos positivos e negativos.
11. Vale destacar que Adorno, Herbert Marcuse e alguns outros pesquisadores da Escola de Frankfurt só filiaram-se ao Instituto de Pesquisa Social na fase de mudança para os EUA (FREITAG, 1986, p. 13).
12. Há uma divergência sobre a origem do conceito. Adorno (1987, p. 287) afirma o seguinte: “Tudo indica que o termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez no livro *Dialektik der Aufklärung*, que Horkheimer e eu publicamos em 1947, em

Amsterdã”. No entanto, Barbara Freitag (1986, p. 65) diz que o conceito foi utilizado pela primeira vez em 1941, no ensaio de Horkheimer sobre “Arte e a cultura de massa”.

13. Adverte-se, novamente, que em seus primeiros trabalhos Marques de Melo considerava apenas os gêneros informativos e opinativos, logo, as funções de informar e de opinar (ou orientar).
14. Lia Seixas levou tal discussão, inclusive, para o blog que criou há alguns anos a respeito do tema, o qual está disponível no endereço eletrônico <http://www.generosjornalisticos.com/>.